

Sumário

Capítulo I – Noções Gerais.....	23
1. Direito Administrativo – Evolução Histórica.....	24
2. Direito Administrativo no Brasil.....	26
3. Direito Administrativo Contemporâneo.....	26
4. Conceito de Direito Administrativo.....	27
4.1. Ramo do Direito Público.....	28
4.2. Normas que regem a estrutura, os bens e a atividade administrativa.....	28
4.3. Realização concreta e imediata dos fins do Estado.....	29
5. Direito Administrativo e os demais ramos do Direito.....	30
6. Finalidade do Direito Administrativo.....	31
7. Fontes do Direito Administrativo.....	32
7.1. A lei.....	32
7.2. A jurisprudência.....	33
7.3. A doutrina.....	33
7.4. O costume.....	34
8. Regime Jurídico-Administrativo.....	34
8.1. Supremacia do interesse público sobre o privado.....	34
8.2. Indisponibilidade do interesse público.....	35
8.3. Respeito aos direitos fundamentais.....	36
9. Interpretação do Direito Administrativo.....	36
Capítulo II – A Administração Pública.....	39
1. Governo e Administração.....	40
2. Administração Pública.....	42
2.1. Administração Pública em sentido amplo e em sentido restrito.....	42
2.2. Administração Pública em sentido subjetivo, formal ou orgânico. Administração Pública em sentido objetivo, material ou funcional.....	42
3. A Função Administrativa.....	45
4. Órgãos.....	45
4.1. Centros de competência.....	46
4.1.1. Características da competência.....	47
4.2. Instituído para o desempenho das funções estatais.....	47
4.3. Através de seus agentes.....	48
4.4. Cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.....	48
5. Natureza do órgão público.....	49
6. Classificações dos órgãos públicos.....	50
6.1. Classificação pela posição estatal.....	50
6.1.1. Órgãos independentes ou primários.....	50
6.1.2. Órgãos autônomos.....	51
6.1.3. Órgãos superiores.....	51
6.1.4. Órgãos subordinados.....	51
6.2. Classificação quanto à estrutura.....	51
6.3. Classificação quanto à composição ou forma de atuação funcional.....	52
6.4. Classificação quanto à esfera de ação.....	52
7. Órgão Público e Desconcentração.....	53
8. Agentes Públicos.....	54
Capítulo III – Princípios do Direito Administrativo.....	55
1. Generalidades.....	56
2. Princípios e regras.....	56
3. Princípio da legalidade.....	60
4. Princípio da impessoalidade.....	61
5. Princípio da moralidade.....	62

6.	Princípio da publicidade.....	64
7.	Princípio da eficiência.....	65
8.	Princípio da economicidade.....	66
9.	Princípio da motivação.....	67
10.	Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.....	68
11.	Princípio da Segurança Jurídica.....	69
12.	Outros princípios.....	71
Capítulo IV – Administração Direta e Indireta.....		73
1.	Generalidades.....	74
2.	Desconcentração e Descentralização.....	74
3.	Hierarquia e controle.....	75
4.	Modalidades de descentralização.....	76
4.1.	Descentralização territorial ou geográfica.....	76
4.2.	Descentralização por serviços, funcional ou técnica.....	76
4.3.	Descentralização por colaboração.....	77
5.	Administração Direta e Indireta.....	77
6.	Autarquia.....	78
6.1.	Características da autarquia.....	79
6.1.1.	A autarquia é pessoa jurídica de direito público.....	79
6.1.2.	A autarquia deve ser criada por lei.....	79
6.1.3.	Capacidade de autoadministração.....	80
6.1.4.	Para o desempenho de serviço público descentralizado.....	80
6.1.5.	Mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.....	81
6.2.	Regime jurídico das autarquias.....	82
6.2.1.	Bens.....	82
6.2.2.	Pessoal.....	83
6.2.3.	Imunidade tributária.....	83
6.2.4.	Prescrição.....	84
6.2.5.	Licitação e Contratos.....	84
6.2.6.	Atos.....	84
6.2.7.	Responsabilidade.....	84
6.2.8.	Finanças.....	85
6.2.9.	Prerrogativas processuais.....	85
6.2.9.1.	Satisfação de julgados por execução especial.....	85
6.2.9.2.	Prazos processuais especiais.....	86
6.2.9.3.	Recurso de ofício.....	86
6.2.9.4.	Execução Fiscal.....	87
6.2.9.5.	Dispensa de apresentação de instrumento de mandato.....	87
6.2.9.6.	Dispensa de pagamento de custas.....	87
6.3.	Classificação das autarquias.....	87
6.4.	Autarquias de regime especial.....	88
6.4.1.	Conselhos de Profissão.....	88
6.4.2.	Agências Reguladoras.....	89
6.5.	As Agências Executivas.....	89
7.	Fundações.....	91
7.1.	Fundação no Direito Administrativo.....	91
7.2.	Características das fundações governamentais.....	92
7.2.1.	Criação autorizada por lei.....	92
7.2.2.	Personalidade jurídica de direito público ou privado.....	92
7.2.3.	Capacidade de autoadministração.....	93
7.2.4.	Controle administrativo.....	93
7.2.5.	Realização de interesse coletivo na área social.....	94
7.3.	Classificação das fundações governamentais.....	94
7.3.1.	Fundações de Direito Público.....	95

7.3.1.1.	Bens.....	95
7.3.1.2.	Pessoal.....	96
7.3.1.3.	Imunidade tributária.....	96
7.3.1.4.	Prescrição.....	96
7.3.1.5.	Contratos.....	96
7.3.1.6.	Atos.....	97
7.3.1.7.	Responsabilidade.....	97
7.3.1.8.	Finanças.....	98
7.3.1.9.	Prerrogativas processuais.....	98
7.3.1.9.1.	Satisfação de julgados por execução especial.....	98
7.3.1.9.2.	Prazos processuais especiais.....	98
7.3.1.9.3.	Recurso de ofício.....	99
7.3.1.9.4.	Execução Fiscal.....	99
7.3.1.9.5.	Dispensa de apresentação de instrumento de mandato.....	99
7.3.1.9.6.	Dispensa de pagamento de custas.....	100
7.3.2.	Fundações de Direito Privado.....	100
8.	Empresa Pública.....	103
8.1.	Características da empresa pública.....	104
8.1.1.	Pessoa jurídica de direito privado.....	104
8.1.2.	Criada pelo Estado, que detém a totalidade de seu capital.....	104
8.1.3.	Após autorização legislativa.....	104
8.1.4.	Sob qualquer forma societária.....	105
8.1.5.	Para a execução de atividades econômicas.....	105
8.1.5.1.	Execução de atividade econômica propriamente dita.....	105
8.1.5.2.	Execução de serviços públicos.....	106
8.2.	Classificação das empresas públicas.....	106
8.3.	Sujeições da empresa pública.....	107
8.3.1.	Pessoal.....	107
8.3.2.	Licitações e contratações.....	108
8.3.3.	Controle.....	108
8.3.4.	Finanças.....	109
8.3.5.	Responsabilidade.....	109
8.3.6.	Falência e Recuperação Judicial.....	109
8.3.7.	Prerrogativas processuais.....	109
8.3.8.	Bens.....	110
9.	Sociedade de economia mista.....	110
9.1.	Características da sociedade de economia mista.....	111
9.1.1.	Pessoa jurídica de direito privado.....	111
9.1.2.	Constituída pelo Estado, após autorização legislativa.....	111
9.1.3.	Sob a forma de sociedade anônima, na qual o Estado tem a maioria das ações com direito a voto.....	112
9.1.4.	Para a execução de atividades econômicas.....	112
9.2.	Classificação das sociedades de economia mista.....	113
9.3.	Sujeições da sociedade de economia mista.....	114
9.3.1.	Pessoal.....	114
9.3.2.	Licitação e contratações.....	114
9.3.3.	Controle.....	115
9.3.4.	Finanças.....	116
9.3.5.	Responsabilidade.....	116
9.3.6.	Falência e Recuperação Judicial.....	116
9.3.7.	Prerrogativas processuais.....	116
9.3.8.	Bens.....	117
10.	Consórcios Públicos.....	117
10.1.	Conceito.....	118
10.2.	Modalidades de consórcios públicos.....	119

10.2.1. Associação Pública.....	119
10.2.2. Pessoa jurídica de direito privado.....	119
10.3. Construção dos consórcios públicos.....	120
11. Empresas sob controle acionário do Poder Público.....	121
Capítulo V – Direito Administrativo e Repartição de Competências.....	123
1. Forma de Estado.....	124
2. Divisão de competências.....	125
3. Competência legislativa.....	125
3.1. Competência legislativa privativa.....	126
3.2. Competência legislativa concorrente.....	126
3.3. Competência legislativa suplementar.....	127
4. Competência administrativa.....	127
5. Competência legislativa para Direito Administrativo.....	128
5.1. Falta de competência administrativa.....	129
5.2. Falta de competência legislativa.....	129
5.3. Em conclusão.....	130
Capítulo VI – Entidades de Cooperação.....	131
1. Generalidades.....	132
2. Serviços sociais autônomos.....	133
3. Organizações sociais.....	135
3.1. O contrato de gestão.....	136
4. Organizações da sociedade civil de interesse público.....	139
4.1. Termo de parceria.....	141
5. Fundação de apoio.....	144
Capítulo VII – Improbidade Administrativa.....	147
1. A probidade administrativa na Constituição Federal de 1988.....	148
2. Breve Histórico da Lei n. 8.429/92.....	149
3. Conceito de improbidade administrativa.....	150
4. Aplicação da lei no tempo.....	154
5. Constitucionalidade da Lei n. 8.429/92.....	155
5.1. Tramitação legislativa.....	155
5.2. Competência legislativa da União. Possibilidade de lei federal dispor sobre o assunto para todos os entes da Federação.....	156
5.3. Previsão de condutas que não seriam de enriquecimento ilícito.....	157
6. Modalidades de improbidade administrativa.....	158
6.1. Enriquecimento ilícito.....	159
6.1.1. Ação dolosa.....	159
6.1.2. Da qual decorra vantagem patrimonial indevida.....	160
6.1.3. Em razão do exercício de cargo, mandato, emprego, função ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º da lei.....	160
6.1.3.1. Desproporção entre o patrimônio e a renda do agente.....	160
6.2. Dano ao erário.....	161
6.2.1. Ação ou omissão.....	162
6.2.2. Dolo ou culpa.....	162
6.2.3. Da qual decorra perda patrimonial, desvio, malbaratamento ou dilapidação de bens e haveres das entidades referidas no art. 1º da Lei.....	162
6.3. Ofensa aos princípios administrativos.....	164
6.3.1. Ação ou omissão dolosa.....	164
6.3.2. Que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.....	165
6.4. Condutas que podem ser enquadradas em mais de uma modalidade de improbidade.....	166
7. Autor do ato de improbidade (sujeito ativo).....	166
7.1. O terceiro.....	167
8. Responsabilidade do sucessor.....	169
9. Vítima do ato de improbidade (sujeito passivo).....	170
10. Elemento Subjetivo.....	172

11. Sanções.....	173
11.1. Independência das instâncias.....	173
11.2. Dosimetria.....	174
12. Sanções em espécie.....	177
12.1. Perdimento dos bens.....	177
12.2. Ressarcimento integral do dano.....	178
12.3. Perda da função pública.....	179
12.4. Suspensão dos direitos políticos.....	179
12.5. Multa civil.....	180
12.6. Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios ou incentivos.....	181
13. Indisponibilidade de bens.....	182
14. Prescrição.....	183
15. Controle preventivo da improbidade administrativa.....	185
Capítulo VIII – Poderes Administrativos.....	187
1. Generalidades.....	188
2. Poder normativo.....	189
3. Poder disciplinar.....	191
4. Poder hierárquico.....	192
5. Poder de Polícia.....	195
5.1. Finalidade do poder de polícia.....	196
5.2. Fundamento do poder de polícia.....	197
5.3. Atributos do poder de polícia.....	197
5.4. Requisitos do exercício do poder de polícia.....	200
5.4.1. Existência de lei.....	200
5.4.2. Competência.....	200
5.4.3. A finalidade e a proporcionalidade.....	201
5.4.4. Forma.....	202
5.5. Infrações administrativas.....	202
5.6. Sanções.....	203
5.7. As várias polícias administrativas.....	205
5.7.1. Polícia ambiental.....	206
5.7.2. Polícia do consumidor.....	207
5.7.3. Polícia da saúde.....	208
5.7.4. Polícia do uso do solo e construções.....	208
5.8. Poder de polícia e taxas.....	209
Capítulo IX – Ato Administrativo.....	211
1. Generalidades.....	212
2. Conceito.....	212
2.1. Manifestação unilateral de vontade da Administração.....	212
2.2. Atuação na qualidade de Administração.....	213
2.3. Fim de adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir ou declarar direitos ou impor obrigações e aplicar sanções aos administrados.....	213
2.3.1. Ato administrativo e fato administrativo.....	213
2.3.2. Ato Administrativo e Procedimento Administrativo.....	214
3. Requisitos do ato administrativo.....	215
3.1. Competência.....	215
3.1.1. Competência, avocação e delegação.....	216
3.2. Finalidade.....	217
3.3. Forma.....	218
3.4. Motivo.....	219
3.5. Objeto.....	220
4. Mérito do ato administrativo.....	221
4.1. Mérito administrativo e controle jurisdicional.....	221
5. Atributos do ato administrativo.....	223
5.1. Presunção de legitimidade e de veracidade.....	223

5.2.	Imperatividade.....	224
5.3.	Auto executoriedade.....	225
6.	Teoria dos motivos determinantes.....	225
7.	Classificações.....	227
7.1.	Atos gerais e atos individuais.....	228
7.2.	Atos internos e atos externos.....	229
7.3.	Atos de império, atos de gestão e atos de expediente.....	230
7.4.	Ato simples, ato composto e ato complexo.....	230
7.5.	Atos perfeitos, imperfeitos, pendentes ou consumados.....	231
7.6.	Ato administrativo constitutivo, extintivo, declaratório, alienativo, modificativo ou abdutivo.....	232
7.7.	Ato administrativo vinculado e ato administrativo discricionário.....	232
7.7.1.	Discricionariedade administrativa.....	234
7.7.2.	Limites da discricionariedade administrativa.....	235
8.	Espécies de atos administrativos.....	238
8.1.	Licença.....	239
8.2.	Permissão.....	240
8.3.	Autorização.....	240
8.4.	Admissão.....	241
8.5.	Aprovação.....	242
8.6.	Homologação.....	242
8.7.	Dispensa.....	242
8.8.	Visto.....	242
9.	Exteriorização do ato administrativo.....	243
9.1.	Decreto.....	243
9.2.	Resolução (ou Resolução Administrativa).....	244
9.3.	Parecer.....	244
9.4.	Portaria.....	245
9.5.	Alvará.....	246
9.6.	Instrução, Aviso ou Circular.....	246
9.7.	Ordem de Serviço.....	247
9.8.	Ofício.....	247
9.9.	Despacho.....	247
9.10.	Certidão.....	247
9.11.	Atestado.....	248
9.12.	Apostila.....	248
10.	Extinção do ato administrativo.....	248
10.1.	Causas normais de extinção do ato jurídico. Cumprimento de seus efeitos ou desaparecimento de seu sujeito ou de seu objeto.....	249
10.2.	Retirada do ato administrativo.....	249
10.2.1.	Revogação.....	250
10.2.1.1.	Quem pode revogar.....	251
10.2.1.2.	O que pode ser revogado.....	252
10.2.1.3.	Fundamentos e motivos da revogação.....	252
10.2.1.4.	Efeitos da revogação.....	253
10.2.1.5.	Limites da revogação do ato administrativo.....	253
10.2.1.6.	Revogação do ato administrativo e dever de indenizar.....	254
10.2.1.7.	Dever de motivação.....	255
10.2.2.	Anulação do ato administrativo.....	255
10.2.2.1.	Quem pode anular o ato administrativo.....	256
11.	Vícios do ato administrativo.....	257
11.1.	Vício do ato administrativo: Competência.....	259
11.1.1.	Incompetência.....	259
11.1.2.	Incapacidade.....	261
11.2.	Vício do Ato Administrativo: Finalidade.....	261
11.3.	Vício do Ato Administrativo: Forma.....	262



11.4. Vício do Ato Administrativo: Motivo.....	263
11.5. Vício do Ato Administrativo: Objeto.....	263
12. Convalidação do ato administrativo.....	264
12.1. Convalidação pela ratificação.....	264
12.2. Convalidação pela conversão.....	265
12.3. Convalidação pela confirmação.....	265
12.4. Convalidação por decurso de prazo: a prescrição.....	266
13. Anulação do ato administrativo e devido processo legal.....	267
13.1. Devido processo legal e dever de motivação.....	268
14. Anulação do ato administrativo e dever de indenizar.....	269
Capítulo X – Licitação.....	271
1. Generalidades.....	272
2. Conceito.....	272
3. Finalidade.....	273
4. Competência Legislativa.....	274
5. Normas Gerais.....	275
6. Princípios.....	277
6.1. Princípio da legalidade.....	277
6.2. Princípio da impessoalidade.....	278
6.3. Princípio da moralidade.....	278
6.4. Princípio da igualdade.....	278
6.5. Princípio da publicidade.....	279
6.6. Princípio da probidade administrativa.....	280
6.7. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	280
6.8. Princípio do julgamento objerivo.....	281
6.9. Outros princípios.....	282
6.9.1. Princípio da competitividade.....	282
6.9.2. Princípio do sigilo na apresentação das propostas.....	283
6.9.3. Princípio do procedimento formal.....	284
6.9.4. Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.....	284
6.9.5. Princípio da razoabilidade.....	285
6.9.6. Princípio do devido processo legal.....	285
7. Âmbito de aplicação da Lei n. 8.666/93.....	286
8. Obrigatoriedade da licitação e contratação direta.....	288
9. Dispensa de licitação.....	289
9.1. Dispensa de licitação em razão do valor.....	289
9.1.1. Obra, compra, serviços e alienações.....	290
9.1.2. Dispensa pelo valor e fracionamento.....	291
9.2. Dispensa de licitação em razão do objeto.....	292
9.2.1. Compra ou locação de imóvel.....	293
9.2.2. Compra de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis.....	293
9.2.3. Aquisição de obras de arte e objetos históricos ou serviços de restauração.....	293
9.2.4. Aquisição de componentes necessários para garantia técnica de produtos.....	294
9.2.5. Aquisição de material de uso pelas Forças Armadas.....	294
9.2.6. Aquisição de material para pesquisa científica e tecnológica.....	295
9.2.7. Contrato de transferência de tecnologia e licenciamento de criação protegida.....	295
9.2.8. Aquisição de bens para as Forças situadas no exterior.....	295
9.2.9. Aquisição de serviços de assistência técnica e extensão rural.....	295
9.2.10. Geração de produtos e processos inovadores.....	296
9.3. Dispensa de licitação em razão da pessoa.....	296
9.3.1. Contratação de instituição brasileira incumbida da pesquisa, do ensino, do desenvolvimento institucional ou da recuperação do preso.....	296
9.3.2. Aquisição de bens ou serviços produzidos por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, criado para este fim específico.....	298

9.3.3.	Aquisição de Diários Oficiais, formulários padronizados, edições técnicas e serviços de informática.....	298
9.3.4.	Contratação de associação de portadores de deficiência.....	299
9.3.5.	Contratação de fornecimento de energia elétrica e gás natural.....	300
9.3.6.	Contratação, por empresa pública e sociedade de economia mista, de suas subsidiárias e controladas.....	300
9.3.7.	Contratação de organizações sociais.....	301
9.3.8.	Celebração de contrato de programa.....	301
9.3.9.	Contratação de associação ou cooperativa de pessoas de baixa renda, reconhecidos como catadores de materiais recicláveis.....	302
9.4.	Dispensa da licitação em razão de situações excepcionais.....	302
9.4.1.	Guerra ou grave perturbação da ordem.....	303
9.4.2.	Emergência ou calamidade pública.....	303
9.4.3.	Inexistência de interessados na licitação já realizada.....	304
9.4.4.	Intervenção da União no domínio econômico.....	305
9.4.5.	Propostas com valores excessivos.....	305
9.4.6.	Comprometimento da segurança nacional.....	306
9.4.7.	Remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em caso de rescisão contratual.....	306
9.4.8.	Acordo internacional.....	307
9.4.9.	Abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas.....	307
9.4.10.	Alta complexidade tecnológica e defesa nacional.....	308
9.5.	Alienação de bens.....	308
10.	Inexigibilidade de licitação.....	308
10.1.	Fornecedor exclusivo.....	309
10.2.	Serviços singulares, prestados por profissional de notória especialização.....	310
10.3.	Contratação de artistas.....	311
11.	Procedimento da dispensa e da inexigibilidade de licitação.....	312
12.	Modalidades de licitação.....	313
12.1.	Concorrência.....	316
12.1.1.	Concorrência e audiência pública.....	316
12.2.	Tomada de preço.....	317
12.2.1.	Tomada de preços e registros cadastrais.....	318
12.3.	Convite.....	318
12.4.	Concurso.....	321
12.5.	Leilão.....	321
12.6.	Pregão.....	322
12.6.1.	Fases do pregão.....	323
12.6.2.	Pregão, infrações administrativas e sanções.....	325
13.	Procedimento da licitação.....	326
13.1.	Fase interna.....	326
13.1.1.	Comissão de Licitações.....	326
13.2.	Fase externa.....	328
13.2.1.	Abertura da licitação.....	328
13.2.2.	Dos que não podem licitar.....	330
13.2.3.	Habilitação.....	331
13.2.4.	Classificação.....	333
13.2.5.	Julgamento.....	334
13.2.6.	Homologação.....	335
13.2.7.	Adjudicação.....	335
14.	Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.....	336
14.1.	Regularidade fiscal.....	336
14.2.	Critério de desempate.....	336
14.3.	Licitações especiais para microempresas e empresas de pequeno porte.....	337
15.	Cooperativas e extensão a elas do tratamento dado às microempresas e empresas de pequeno porte.....	338
16.	Registro de preços.....	338



17. Tipos de licitação.....	339
18. Anulação e revogação da licitação.....	340
19. Reexame das decisões em matéria de licitação.....	341
19.1. Recursos.....	341
20. Controle das licitações pelo Tribunal de Contas.....	341
Capítulo XI – Contrato Administrativo.....	343
1. Contrato administrativo e contrato da Administração.....	344
2. Conceito de contrato administrativo.....	345
3. Características do contrato administrativo.....	346
3.1. Administração, nesta qualidade.....	346
3.2. O contratado.....	346
3.3. Cláusulas exorbitantes.....	346
3.4. Celebração “intuitu personae”.....	347
4. Competência legislativa.....	347
5. Interpretação dos contratos.....	348
6. Formalização do contrato administrativo.....	349
6.1. Instrumentos.....	350
6.2. Conteúdo do contrato.....	352
6.2.1. Cláusulas essenciais.....	352
6.2.1.1. Vinculação do contrato ao edital, ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta.....	353
6.2.1.2. Objeto.....	354
6.2.1.3. Regime de execução ou a forma de fornecimento.....	354
6.2.1.3.1. Empreitada por preço global.....	354
6.2.1.3.2. Empreitada por preço unitário.....	355
6.2.1.3.3. Tarefa.....	355
6.2.1.3.4. Empreitada integral.....	355
6.2.1.4. Preço, condições de pagamento e reajuste.....	355
6.2.1.5. Início e término da prestação.....	356
6.2.1.6. Recursos orçamentários.....	356
6.2.1.7. Garantias.....	357
6.2.1.8. Direitos e responsabilidades das partes, sanções e valor das multas.....	357
6.2.1.9. Casos de rescisão do contrato e os direitos da Administração.....	358
6.2.1.10. Condições de importação.....	358
6.2.1.11. Manutenção das condições de habilitação.....	358
6.2.1.12. Foro competente.....	358
6.2.2. Cláusulas acessórias.....	359
6.2.3. Cláusulas implícitas.....	359
7. Publicidade da contratação.....	359
8. Execução do contrato administrativo.....	360
8.1. Fiscalização da execução do contrato administrativo.....	361
9. Alteração do contrato administrativo.....	362
9.1. Alteração unilateral do contrato.....	362
9.1.1. Alteração qualitativa do contrato administrativo.....	363
9.1.2. Alteração quantitativa do contrato administrativo.....	365
9.2. Alteração do contrato administrativo por acordo entre as partes.....	365
9.2.1. Substituição da garantia.....	366
9.2.2. Modificação do regime de execução da obra ou serviço ou do modo de fornecimento.....	366
9.2.3. Alteração da forma de pagamento.....	366
9.2.4. Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.....	367
10. Extinção do contrato administrativo.....	369
10.1. Duração do contrato e prorrogação do prazo contratual.....	370
11. Recebimento do objeto.....	370
11.1. Forma do recebimento do objeto.....	371
11.2. Prazo para recebimento do objeto.....	371

12. Rescisão do contrato administrativo.....	372
12.1. Rescisão administrativa.....	372
12.2. Rescisão amigável.....	374
12.3. Rescisão judicial.....	374
13. "Exceptio non adimpleti contractus" (Exceção do contrato não cumprido).....	375
14. Nulidade do contrato administrativo.....	376
15. Sanções administrativas.....	377
15.1. Sanções administrativas na licitação, modalidade pregão.....	379
16. Recursos.....	379
17. Alguns contratos administrativos.....	380
17.1. Contrato de obra pública.....	380
17.2. Contrato de serviço.....	381
17.3. Contrato de fornecimento.....	382
17.4. Contrato de concessão.....	382
17.4.1. Contrato de concessão comum de obra pública.....	383
17.4.2. Contrato de concessão comum de serviço público.....	383
17.4.3. Contrato de concessão patrocinada e contrato de concessão administrativa – Parceria público-privada.....	383
17.4.4. Contrato de concessão de uso de bem público.....	384
17.5. Contrato de gestão.....	385
17.6. Contrato de programa.....	385
17.7. Contrato de gerenciamento.....	386
18. Convênios e consórcios.....	386
19. Controle dos contratos pelo Tribunal de Contas.....	387
Capítulo XII – Processo Administrativo.....	389
1. Processo administrativo e procedimento administrativo.....	390
2. Processo administrativo, jurisdição una e contencioso administrativo.....	393
3. Competência legislativa.....	394
4. Finalidade do processo administrativo.....	395
5. Princípios do processo administrativo.....	396
5.1. Princípio da legalidade.....	396
5.2. Princípio da finalidade.....	397
5.3. Princípio da motivação.....	397
5.4. Princípio da razoabilidade.....	398
5.5. Princípio da proporcionalidade.....	398
5.6. Princípio da moralidade.....	399
5.7. Princípio da ampla defesa.....	399
5.8. Princípio do contraditório.....	400
5.9. Princípio da segurança jurídica.....	401
5.10. Princípio do interesse público.....	402
5.11. Princípio da eficiência.....	402
5.12. Outros princípios.....	402
5.12.1. Princípio da celeridade.....	403
5.12.2. Princípio da gratuidade.....	403
5.12.3. Princípio da oficialidade ou princípio da impulsão.....	403
5.12.4. Princípio do informalismo.....	404
5.12.5. Princípio da publicidade.....	405
5.12.6. Princípio do devido processo legal.....	405
6. Fases do processo administrativo.....	407
6.1. Instauração.....	407
6.2. Instrução.....	408
6.3. Decisão.....	409
7. Recursos.....	409
7.1. "Reformatio in pejus".....	410
7.2. Coisa julgada administrativa.....	412



8.	Modalidades de processo administrativo.....	412
8.1.	Processo administrativo de outorga.....	413
8.2.	Processo administrativo de controle.....	414
8.3.	Processo administrativo de punição, ou processo administrativo punitivo.....	414
8.4.	Processo de expediente.....	415
8.5.	O processo disciplinar.....	415
8.5.1.	Sindicância.....	417
8.5.2.	Verdade sabida.....	418
8.5.3.	Termo de declarações.....	418
8.5.4.	Revisão do processo administrativo.....	418
8.5.5.	Processo disciplinar e outros processos contra servidores.....	419
Capítulo XIII – Bens Públicos.....		421
1.	Generalidades.....	422
2.	Conceito de bens públicos.....	422
3.	Classificação dos bens públicos.....	424
3.1.	Classificação dos bens públicos quanto à sua titularidade.....	424
3.2.	Classificação dos bens públicos quanto à sua destinação.....	425
3.2.1.	Bens de uso comum do povo.....	426
3.2.2.	Bens de uso especial.....	426
3.2.3.	Bens dominicais.....	427
4.	Competência legislativa.....	427
5.	Regime jurídico dos bens públicos.....	428
5.1.	Inalienabilidade.....	428
5.1.1.	Desafetação e afetação.....	429
5.2.	Impenhorabilidade.....	430
5.3.	Imprescritibilidade.....	430
5.4.	Impossibilidade de oneração.....	431
5.5.	Outras restrições.....	431
6.	Administração dos Bens Públicos.....	432
7.	Defesa dos Bens Públicos.....	433
8.	Uso do Bem Público.....	434
8.1.	Uso comum e uso privativo.....	434
8.1.1.	Uso Comum.....	435
8.1.1.1.	Uso comum ordinário e uso comum extraordinário.....	436
8.1.2.	Uso privativo.....	436
9.	Titulos jurídicos de outorga de uso privativo.....	437
9.1.	Autorização de uso.....	438
9.1.1.	Autorização de uso simples e autorização de uso qualificada.....	439
9.2.	Permissão de uso.....	439
9.2.1.	Permissão de uso simples e permissão de uso qualificada.....	440
9.3.	Concessão de uso de bem público.....	441
9.4.	Outros Institutos.....	442
9.4.1.	Cessão de uso.....	442
9.4.2.	Concessão de direito real de uso.....	443
9.4.3.	Concessão especial de uso ou concessão de uso especial.....	443
9.4.4.	Autorização de uso especial.....	444
9.4.5.	Arrendamento.....	445
9.4.6.	Aforamento administrativo ou enfiteuse.....	445
10.	Tutela do uso privativo.....	446
11.	Aquisição dos bens públicos.....	447
12.	Alienação dos bens públicos.....	448
12.1.	Alienação dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial.....	448
12.2.	Alienação de bens dominicais.....	448
12.2.1.	Bens imóveis.....	449



12.2.2. Bens móveis.....	449
12.2.3. Instrumentos para alienação.....	450
12.2.3.1. Retrocessão.....	450
12.2.3.2. Incorporação.....	451
12.2.3.3. Legitimação de posse.....	451
12.2.3.4. Investidura.....	451
13. Algumas modalidades de bens públicos.....	451
13.1. Terras devolutas.....	451
13.2. Terrenos reservados ou terrenos marginais.....	452
13.3. Terrenos de marinha e seus acréscidos.....	453
13.4. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	453
13.5. Mar territorial, zona econômica exclusiva e plataforma continental.....	454
13.6. Ilhas.....	454
13.7. Águas.....	455
13.8. Jazidas.....	455
Capítulo XIV – Intervenção do Estado na Propriedade e no Domínio Econômico.....	457
1. A intervenção do Estado na propriedade.....	458
2. Conceito.....	459
3. Fundamento e limites da intervenção do Estado na propriedade.....	460
4. Competência legislativa e competência material.....	460
5. Modalidades de Intervenção.....	461
5.1. Limitações administrativas.....	461
5.2. Ocupação temporária.....	463
5.3. Tombamento.....	464
5.4. Requisição.....	469
5.5. Servidão Administrativa.....	470
5.6. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	472
5.7. Desapropriação.....	473
5.7.1. Conceito de desapropriação.....	474
5.7.2. Características.....	474
5.7.3. Espécies de desapropriação.....	475
5.7.3.1. Desapropriação por necessidade e utilidade pública.....	476
5.7.3.2. Desapropriação por interesse social.....	476
5.7.4. Quem pode desapropriar.....	478
5.7.4.1. Competência para declarar a desapropriação.....	478
5.7.4.2. Competência para promover a desapropriação.....	479
5.7.5. Objeto da desapropriação.....	479
5.7.6. Processo de Desapropriação.....	480
5.7.6.1. Fase declaratória.....	481
5.7.6.2. Fase executiva.....	483
5.7.7. Desapropriação Indireta.....	485
5.7.8. Desapropriação por zona.....	486
5.7.9. Desapropriação para urbanização ou reurbanização.....	487
5.7.10. Desapropriação para a construção ou ampliação de distritos industriais.....	487
5.7.11. Indenização.....	488
5.7.11.1. Parcelas que integram a indenização.....	489
5.7.11.1.1. Juros moratórios.....	490
5.7.11.1.2. Juros compensatórios.....	490
5.7.11.1.3. Custas processuais e honorários advocatícios.....	491
5.7.12. Trespidação.....	492
5.7.13. Retrocessão.....	493
6. Intervenção no domínio econômico.....	494
6.1. Natureza da intervenção.....	496
6.2. Meios de intervenção.....	496



6.2.1. Monopólio.....	496
6.2.2. Controle de preços.....	497
6.2.3. Controle do abastecimento.....	497
6.2.4. Fiscalização, incentivo, planejamento da atividade econômica. Repressão ao abuso do poder econômico.....	497
6.3. Ação Civil Pública na defesa da ordem econômica.....	499
Capítulo XV – Serviços Públicos.....	501
1. Generalidades.....	502
2. Conceito de serviço público.....	503
3. Classificação dos serviços públicos.....	504
3.1. Serviços públicos próprios e impróprios.....	504
3.2. Serviços públicos propriamente ditos e serviços de utilidade pública.....	504
3.3. Serviços administrativos, serviços comerciais ou industriais e sociais.....	504
3.4. Serviços gerais, ou “uti universi” e serviços individuais, ou “uti singuli”.....	505
3.5. Serviços federais, estaduais, distritais ou municipais.....	505
4. Competência para prestação dos serviços públicos.....	506
5. Princípios.....	507
5.1. Princípio da continuidade do serviço público.....	507
5.2. Princípio da mutabilidade do regime jurídico.....	508
5.3. Princípio da igualdade dos usuários.....	508
6. Regulamentação e controle do serviço público.....	508
7. Direitos e deveres dos usuários.....	509
8. Forma de prestação dos serviços públicos.....	510
9. Meios de execução do serviço.....	511
10. Concessão e permissão de serviço público.....	511
10.1. Concessão de serviços públicos.....	513
10.2. Regulamentação.....	513
10.3. Licitação.....	514
10.4. Contrato.....	515
10.5. Política tarifária.....	516
10.6. Fiscalização.....	517
10.6.1. Intervenção.....	517
10.7. Extinção da concessão.....	518
10.7.1. Decurso do prazo contratual, ou reversão.....	518
10.7.2. Encampação ou resgate.....	519
10.7.3. Caducidade.....	519
10.7.4. Rescisão.....	520
10.7.5. Anulação.....	520
10.7.6. Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.....	521
10.8. Permissão de serviços públicos.....	521
10.9. Autorização de serviços públicos.....	522
11. Parceria público-privada.....	522
11.1. Conceito e modalidades.....	524
11.1.1. Concessão patrocinada.....	525
11.1.2. Concessão administrativa.....	525
11.2. Licitação.....	526
11.3. Contrato.....	528
Capítulo XVI – Agentes Públicos.....	529
1. Generalidades.....	530
2. Conceito.....	530
3. Classificação dos agentes públicos.....	530
3.1. Agentes Políticos.....	531
3.2. Agentes Administrativos.....	533
3.3. Agentes Honoríficos.....	534



3.4. Agentes Delegados.....	535
3.5. Agentes Credenciados.....	535
4. Competência legislativa.....	535
5. Funções, cargos públicos e empregos.....	536
6. Função.....	537
6.1. Função de confiança.....	537
6.2. Contratação por tempo determinado.....	538
6.2.1. Lei.....	539
6.2.2. Necessidade temporária.....	539
6.2.3. Excepcional interesse público.....	540
7. Cargo Público.....	540
7.1. Criação, transformação e extinção de cargo público.....	541
7.1.1. Declaração de desnecessidade do cargo público.....	542
7.2. Iniciativa da lei de criação, transformação ou extinção de cargo público.....	543
7.3. Cargos Públicos, Classe, Carreira e Quadro.....	543
7.4. Classificação.....	544
7.4.1. Cargos vitalícios.....	544
7.4.2. Cargos efetivos.....	544
7.4.2.1. Estabilidade, vitaliciedade e estágio probatório.....	544
7.4.3. Cargos em comissão.....	546
8. Emprego público.....	548
9. Provimento e investidura.....	549
10. Formas de provimento de cargo público.....	551
10.1. Provimento originário.....	551
10.2. Provimento derivado.....	552
11. Vacância.....	554
11.1. Vacância com extinção do vínculo.....	554
11.2. Vacância sem extinção do vínculo.....	555
12. Concurso Público.....	555
12.1. Definição de concurso público.....	558
12.2. Prazo de validade do concurso público.....	558
12.3. Edital e Provas.....	558
12.4. Direitos dos candidatos.....	562
13. Sistemas de retribuição dos agentes públicos.....	565
13.1. Subsídio e Remuneração.....	565
13.1.1. Subsídio.....	565
13.1.2. Remuneração.....	566
13.1.2.1. Acréscimos Pecuniários: adicionais e gratificações.....	567
13.2. Teto.....	568
13.3. Verbas de natureza indenizatória.....	570
14. Regime Jurídico Único.....	570
15. Vinculação e Equiparação.....	571
16. Deveres dos agentes públicos.....	572
17. Direitos dos agentes públicos.....	573
17.1. Licenças.....	574
17.2. Direito de greve.....	574
17.3. Direito de livre associação sindical.....	575
18. Aposentadoria.....	575
18.1. Espécies de aposentadoria.....	576
18.1.1. Aposentadoria voluntária.....	576
18.1.1.1. Tempo mínimo de serviço público e no cargo.....	577
18.1.1.2. Idade mínima.....	577
18.1.1.3. Tempo de contribuição.....	577
18.1.2. Aposentadoria compulsória.....	578



18.1.3. Aposentadoria por invalidez permanente.....	578
18.2. Contribuição previdenciária.....	578
18.3. Regras constitucionais de transição e proventos.....	579
18.4. Anulação e cassação da aposentadoria.....	581
18.5. Previdência Complementar.....	581
19. Responsabilidade dos agentes públicos.....	581
20. Acumulação de cargos.....	582
21. Controle das despesas com pessoal e Lei de Responsabilidade Fiscal.....	583
Capítulo XVII – Responsabilidade Extracontratual do Estado.....	585
1. Introdução.....	586
2. A responsabilidade no Direito Comum.....	586
3. A responsabilidade no Direito Administrativo.....	587
4. Conceito de responsabilidade extracontratual do Estado.....	588
5. Fundamento da responsabilidade extracontratual do Estado.....	588
6. Evolução histórica.....	588
6.1. Teoria da irresponsabilidade.....	589
6.2. Teoria civilista dos atos de império e atos de gestão.....	589
6.3. Teoria civilista da culpa civil, ou da responsabilidade subjetiva.....	589
6.4. Teoria publicista da culpa do serviço ou culpa administrativa.....	590
6.5. Teoria publicista do risco ou da responsabilidade objetiva.....	590
7. Responsabilidade do Estado no Direito Brasileiro.....	591
7.1. Regimes de responsabilidade na Constituição Federal: pessoas jurídicas de direito privado não prestadoras de serviço público.....	593
8. Elementos da responsabilidade objetiva no Direito brasileiro vigente.....	594
8.1. Altridade do dano.....	594
8.2. Que se trate ação, ou de omissão de agente de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço público.....	596
8.3. A oficialidade da atividade causal e lesiva.....	596
8.4. Nexo de causalidade.....	597
8.5. Ausência de causa excludente da responsabilidade estatal.....	597
8.5.1. Culpa exclusiva da vítima.....	597
8.5.2. Força maior.....	598
8.5.3. Culpa de terceiros.....	598
8.6. Causas atenuantes de responsabilidade.....	598
9. Teoria da Culpa Administrativa ou da Culpa Anônima.....	599
9.1. Elementos da culpa administrativa ou culpa anônima.....	601
10. Responsabilidade por obra.....	602
11. Responsabilidade do Estado por situações especiais de risco.....	603
12. Responsabilidade do Estado por atos legislativos.....	604
13. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais.....	606
14. Responsabilidade do Estado por ações ou omissões dos membros do Ministério Público.....	610
15. Responsabilidade por atos lícitos.....	611
16. Reparação do dano.....	612
16.1. Direito de regresso.....	614
17. Prescrição.....	615
18. Responsabilidade do Estado por atos de pessoas jurídicas da administração indireta.....	617
19. Responsabilidade do Estado por atos de outras pessoas jurídicas de direito privado.....	617
Capítulo XVIII – Controle da Administração Pública.....	619
1. Generalidades.....	620
2. Conceito de controle da Administração Pública.....	621
3. Finalidade do controle da Administração Pública.....	621
4. Classificações.....	622
4.1. Quanto ao momento em que é exercido.....	623
4.2. Quanto à posição do controlador.....	623
4.3. Quanto ao objeto, ou conteúdo.....	623



4.4. Quanto ao órgão que exerce o controle.....	624
5. Controle administrativo.....	624
5.1. Instrumentos de controle administrativo.....	626
5.1.1. Direito de Petição.....	626
5.1.2. Fiscalização hierárquica.....	627
5.1.3. Recursos administrativos.....	627
5.1.3.1. Recurso administrativo hierárquico, ou recurso administrativo próprio e recurso administrativo impróprio.....	628
5.1.3.1.1. Requisitos dos recursos administrativos.....	629
5.1.3.2. Representação.....	631
5.1.3.3. Reclamação administrativa.....	631
5.1.3.4. Pedido de reconsideração.....	632
5.1.3.5. Revisão.....	632
5.1.4. Controle administrativo do Poder Judiciário e do Ministério Público.....	632
5.1.5. O silêncio da Administração.....	633
6. Controle legislativo.....	634
6.1. Comissões Parlamentares de Inquérito.....	635
6.2. Pedidos de informações e as convocações de autoridades.....	636
6.3. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.....	637
7. Controle judicial.....	639
7.1. Limites do controle judicial.....	640
Capítulo XIX – Instrumentos de Controle Judicial.....	643
1. Introdução.....	644
2. “Habeas corpus”.....	645
3. “Habeas data”.....	646
4. Mandado de segurança individual.....	648
4.1. Requisitos do mandado de segurança individual.....	649
4.1.1. Ação ou omissão de autoridade.....	649
4.1.2. Ilegalidade ou abuso de poder.....	650
4.1.3. Lesão ou ameaça de lesão.....	650
4.1.4. Direito líquido e certo não amparado por “habeas corpus” ou “habeas data”.....	651
4.2. Não cabimento do mandado de segurança.....	651
4.2.1. Interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo.....	651
4.2.2. Interposição contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.....	652
4.2.3. Interposição contra decisão judicial transitada em julgado.....	652
4.2.4. Lei ou ato normativo em tese.....	653
4.3. Procedimento.....	653
5. Mandado de segurança coletivo.....	654
6. Mandado de injunção.....	657
7. Ação popular.....	659
8. Ação civil pública.....	662
8.1. Inquérito civil.....	666
8.2. Compromisso de ajustamento de conduta.....	667
Bibliografia.....	669
Questões de Concursos Públicos.....	679

